



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTOS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07-E-2023.

EXPEDIENTE
25 / 04 / 23

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº: 07-E/2023

RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 07-E/2023 **“INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE-REFIS MUNICIPAL”**, de autoria do Poder Executivo.

O projeto em análise já fora devidamente analisado pela Procuradoria do Legislativo; pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e pela Comissão de Serviços Públicos, Administração Municipal, Política Urbana e Rural.

Assim, vem a esta Comissão para emissão de parecer em conformidade com o art. 89, inciso III, do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto em apreço visa criar o programa de recuperação fiscal no município de Conselheiro Lafaiete, observado o período de crise pós pandêmica que o país vem enfrentando, evitando maiores declives das contas públicas.

Na justificativa da proposição, denota-se que o projeto não irá gerar redução de tributos, apenas de juros e multas, não sendo enquadrados no conceito de benefício fiscal.

Verifica-se que o Projeto não onera o município, nem cria despesas aos cofres públicos, seguindo todos os trâmites legais da LRF.

Verificado o preenchimento dos requisitos necessários, a proposição não encontra óbices para a sua regular tramitação e consequente aprovação.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS

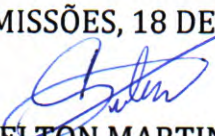


CONCLUSÃO

Diante dos argumentos *retro*, a comissão opina pela aprovação do projeto pelo preenchimento dos requisitos necessários, incluindo apenas as subemendas seguintes.

É o nosso parecer.

SALA DAS COMISSÕES, 18 DE ABRIL DE 2023.


VEREADOR ERIVELTON MARTINS JAYME DA SILVA


VEREADOR EUSTÁQUIO CANDIDO DA SILVA


VEREADOR PEDRO AMÉRICO DE ALMEIDA



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete
ESTADO DE MINAS GERAIS



02ª Emenda 04

SUBEMENDA Nº AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007-E-2023

O artigo 7º do Projeto de Lei Complementar nº 007-E-2023 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º - Os créditos tributários a não-tributários vencidos a inscritos ou não em Dívida Ativa, poderão ser pagos vista ou em até 24 (vinte a quatro) parcelas mensais a sucessivas, conforme estabelecido abaixo:

I - com desconto de 95% (noventa a cinco por cento) sobre o montante dos juros a da multa, se requerido o pagamento a vista;

II- com desconto de 85% (oitenta a cinco por cento) sobre o montante dos juros a da multa, se requerido o pagamento em até 06 (seis) parcelas mensais;

III - com desconto de 75% (setenta a cinco por cento) sobre o montante dos juros a da multa, se requerido o pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais;

IV - com desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos juros e da multa, se requerido o pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais.

§ 1º - O pagamento se dares mediante DAM (documento de arrecadação Municipal) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º - O sujeito passivo pertencente a unidade familiar inscrita no CadUnico, nos termos do Decreto Federal no 6.135, de 26 de junho de 2007, poderá pagar os créditos tributários a não tributários vencidos a inscritos ou não em dívida Ativa, à vista ou em até 48 (quarenta a oito) parcelas mensais a sucessivas, conforme estabelecido abaixo:

I - com desconto de 95% (noventa a cinco por cento) sobre o montante dos juros a da multa, se requerido o pagamento a vista;

II- com desconto de 85% (oitenta a cinco por cento) sobre o montante dos juros a da multa, se requerido o pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais;

III - com desconto de 75% (setenta a cinco por cento) sobre o montante dos juros a da multa, se requerido o pagamento em até 24 (vinte a quatro) parcelas mensais;


IV - com desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante dos juros a da multa, se requerido o pagamento em até 48 (quarenta a oito) parcelas 4 (quatro) mensais.

3º - Para os débitos imobiliários, o optante pelo REFIS MUNICIPAL 2023, que esteja devidamente cadastrado no CadUnico, devera, obrigatoriamente, residir no imóvel. ”

SALA DAS COMISSÕES, 18 DE ABRIL DE 2023.


VEREADOR ERIVELTON MARTINS JAYME DA SILVA


VEREADOR EUSTÁQUIO CANDIDO DA SILVA


VEREADOR PEDRO AMÉRICO DE ALMEIDA